



**Poder Judiciário do Maranhão  
Tribunal de Justiça**

**CLIPPING IMPRESSO**

**04/09/2017**

# INDICE

---

1. ASSESSORIA	
1.1. JORNAL PEQUENO.....	1 - 2
2. DECISÕES	
2.1. JORNAL O IMPARCIAL.....	3 - 6
3. DESEMBARGADOR	
3.1. JORNAL O IMPARCIAL.....	7
4. EVENTOS	
4.1. JORNAL ATOS E FATOS.....	8
5. UNIDADES ADMINISTRATIVAS	
5.1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO.....	9 - 11



## I Seminário de Gestores das Câmaras Municipais.

Com o tema "Prestação de Contas dos Gestores Municipais", foi promovido o I Seminário de Gestores de Câmaras Municipais, que tem o intuito de disseminar conhecimento sobre o tema com os chefes dos parlamentos municipais maranhenses. O evento foi uma iniciativa da Câmara Municipal em parceria com Ministério Público, Tribunal de Justiça e Tribunal de Contas do Maranhão.

saoluis.ma.leg.br



CÂMARA MUNICIPAL DE  
**SÃO LUÍS**  
Juntos por uma São Luís melhor

Caravana

# Lula chega a São Luís e petistas disputam espaços

O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva desembarca na capital maranhense nesta segunda-feira. Amanhã, em frente ao Palácio dos Leões, ele fará comício e na Assembleia deverá receber título. **POLÍTICA 3**

# Lula faz comício em São Luís em meio a protestos contra os governos do PT

Ex-presidente chega à capital maranhense sob a proteção do Governo do Estado, que prepara palanque em frente ao Palácio dos Leões para ato público

MARCO AURÉLIO D'EÇA  
Editor de Política

Fotos/Divulgação

O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva desembarca em São Luís para evento político nesta terça-feira, 5. A passagem pela capital maranhense faz parte da cavada que o petista faz pelo Nordeste. Em São Luís, o PT quer fazer do ato público também uma forma de consolidação da aliança entre o partido e o PCdoB, do governador Flávio Dino.

"Deixo aqui o convite a todos para que acompanhem esse ato do ex-presidente, que será realizado em frente a Igreja da Sé, entre o Palácio dos Leões e o Tribunal de Justiça. Um espaço simbólico, porque o Palácio representa o poder,



Ex-presidente tem se integrado à cultura nordestina em sua passagem pelos estados da região

a igreja a fé e o Tribunal a Justiça", pregou o deputado estadual Zé Inácio, um dos organizadores do evento.

Para o parlamentar petista, é fundamental a mobilização da militância para pressionar contra o que ele chama de tentativa de tirar Lula da disputa de 2018.

"Todos nós que defendemos a democracia exigimos justiça para que o ex-presidente tenha de fato a liberdade para disputar mais uma eleição, pois aqueles que sentem medo do Lula é porque temem que ele seja eleito novamente Presidente da República deste país", declarou.

#### "Diproma"

A passagem do ex-presidente, porém, já está cercada de ações favoráveis e contra. Movimentos de direita realizaram, desde domingo, manifestações e ações contra a presença do petista em terras maranhenses. Um "diproma" foi confeccionado para ser entregue a Lula, em alusão ao Título de Cidadão Maranhense, que ele deve receber na Assembleia Legislativa.

Contra o título de cidadão, a União da Direita Maranhense



Manifestantes da direita devem se mobilizar contra o ex-presidente

(UDM) está tentando obter judicialmente uma decisão contra a entrega da homenagem ao ex-presidente. "Um bandido condenado mancha qualquer título",

#### União da Direita quer cassar eventual título de cidadão

diz comunicado da UDM, em alusão à sentença de 9 anos de prisão do ex-presidente, dada pelo juiz Sérgio Moro.

O médico Alan Garcêz, um dos coordenadores da União da Direita, reuniu-se sexta-feira com representantes da OAB-MA na busca de orientações para tentar evitar a homenagem da Assembleia.

"Vimos pedir orientação para entrar com ação popular impedindo a concessão de título honoris causa ou de cidadão de alguma cidade maranhense", explicou Garcêz.

Lula deve chegar ao Maranhão ainda nesta segunda-feira, 4. Além de São Luís, ele passará por outras cidades maranhenses.

## Senador Roberto Rocha quer Lula na CPI do BNDES

Às vésperas da chegada do ex-presidente Luis Inácio Lula da Silva ao Maranhão, a Coluna Paineis da Folha de São Paulo destaca que o senador maranhense, Roberto Rocha, relator da CPI do BNDES, quer ouvir o petista.

Rocha quer explicações tanto de Lula, quanto do ex-ministro Guido Mantega, sobre os empréstimos feitos pelo BNDES.

Roberto Rocha é relator da CPI do BNDES, que investiga as relações do banco público com empresas privadas durante os governos Lula e Dilma.

O senador maranhense já deixou claro que o foco da investigação será os contratos no molde do que ocorreu com a JBS, cujo dono, Joesley e Wesley Batista, assinaram delação premiada para entregar os esquemas de corrupção. ●

FORO



Apesar da decisão de um desembargador no último dia 30, taxistas de São Luís não se conformam e prometem novos protestos. **VIDA**

# Taxistas não se conformam

Após liberação dos serviços do aplicativo Uber na capital, taxistas pretendem organizar novas manifestações pedindo regulamentação dos serviços de seu principal concorrente

CAMILA LIMA

**A** decisão do desembargador Marcelo Carvalho, de suspender os efeitos de uma lei que proibia o serviço do aplicativo Uber em São Luís, tornando legal a prestação de serviços pelo aplicativo na cidade, não desanimou os taxistas, que já se preparam para outras ações. A Ação Direta de Inconstitucionalidade foi interposta por Luiz Gonzaga Coelho, procurador-geral de Justiça. Trata-se da Lei Nº 429/2016, que foi promulgada em maio deste ano.

Até então, a pergunta que muitos usuários desse tipo de transporte vinha fazendo era: Como os taxistas reagirão a isso? Vão dividir passageiros com seus principais concorrentes?

A resposta é exatamente o que se imagina. Eles não estão satisfeitos com a decisão judicial e já planejam novas ações em prol da regulamentação do trabalho dos colegas que disputam clientes do transporte alternativo há seis meses desde que o aplicativo passou a atuar em São Luís.

## Próximos passos

O taxista Júnior Costa é membro e organizador de uma comissão que atua de forma independente do Sindicato dos Taxistas. Ele afirma que uma manifestação a nível nacional deve acontecer nos próximos dias. “Com certeza teremos novas manifestações. Há uma grande mobilização anunciada para o dia 18 de setembro. Seria uma em nível nacional. Ainda estamos organizando, mas com certeza haverá protestos no próximo dia 18”, disse a O Imparcial.

“Queremos que um motorista do Uber tenha caixa luminosa e placa vermelha. Essas são algumas reivindicações”, afirmou Júnior Costa. A informação de uma possível manifestação a nível nacional não foi confirmada pelo Sindicato dos Taxistas do MA, com quem a reportagem não teve a oportunidade de estabelecer um contato ontem.

## Consumidor só quer preço

Ludovicenses que estiveram atentos aos noticiários locais das últimas semanas, ainda devem ter lembranças de uma manifestação pacífica organizada por taxistas, mesmo sem aval do sindicato, que foi denominada como “Táxi Solidário”.

Alegando que a população “só quer preço e teria isso”, alguns taxistas se juntaram e decidiram adotar em São Luís uma ideia que surgiu em Curitiba quando os motoristas faziam corridas de 5 a 7 km pelo valor de R\$ 5, das 6 às 21h do dia 25 de agosto. Apesar de ter tido bons resultados na capital do Paraná, aqui em São Luís sobram reclamações de usuários que disseram não terem encontrado a promoção em lugar nenhum. Membros da comissão organizadora também não se pronunciaram sobre o assunto.

## O trabalho continua

Aos 61 anos, o taxista José Maria Vieira trabalha na região do Calhau há oito anos e diz não ter ficado contente com a decisão da Justiça. Vieira (como é conhecido pelos clientes e colegas de profissão), diz que o número de corridas diminuiu bastante devido ao aplicativo. “O número de viagens caiu em 50%. A maioria dos clientes usam Uber, né? O negócio é Uber (risos)!”, conta.

O taxista diz ainda que não há muito o que fazer diante da decisão judicial e, assim como outros pretendem aguardar as próximas decisões da Câmara. “O que a gente vai fazer? Não temos como fazer nada. É a Justiça! Vamos esperar o que a Câmara Municipal vai decidir. Eu vou ficar quieto e esperar a justiça de Deus que é mais certa”, afirmou.

José Vieira diz que dará continuidade ao trabalho que vem fazendo há anos e a decisão da Câmara não alterará isso. “Independente da decisão dos vereadores, vou continuar com meu trabalho”, concluiu.

## Transporte alternativo

A principal motivação que leva a classe dos taxistas a realizar protestos nas ruas da cidade é a afirmação de que haja uma concorrência desigual já que eles pagam impostos ao município enquanto os motoristas do aplicativo Uber trabalham sem a existência de uma lei que regulamente seu serviço.

Com apenas seis de atuação na cidade, o aplicativo já tem pelo menos 900 veículos que fazem corridas diárias. No país inteiro mais de 100 milhões de pessoas já baixaram o aplicativo Uber em seus smartphones para conseguirem acessar

os motoristas desse transporte alternativo.

O Sindicato dos Taxistas do Maranhão foi procurado para apresentar seu posicionamento quanto à decisão da Justiça em relação aos Ubers, bem como em relação a novas manifestações e estratégias que devem ser adotadas para fidelização de clientes, mas não respondeu as nossas perguntas.

## Enquanto isso lá na Câmara ...

O vereador Paulo Victor é relator do Projeto de Lei Nº 001/2017 que visa regulamentar os serviços do aplicativo Uber em São Luís. A votação do projeto foi marcada para a próxima quarta-feira (6), na Câmara Municipal de São Luís. Em entrevista a O Imparcial, o vereador afirmou que o transporte nunca foi ilegal na capital e apenas precisa de uma regulamentação.



### TRÊS PERGUNTAS AO VEREADOR **PAULO VICTOR**

**Afinal, o Uber é ilegal em São Luís?**

Ele nunca foi ilegal, pelo fato de já passar na Câmara Federal do país o projeto que já subiu para o Senado, então não existe ilegalidade. Em nenhuma cidade ele está como ilegal, apenas não está regulamentado, mas, nem tudo que não é regulamentado, é ilegal. De fato, o Uber é legal!

**Se aprovada na próxima quarta-feira, a lei que regulamenta o Uber em São Luís gerará algum aumento no valor atualmente cobrado pelos motoristas do aplicativo?**

Para o passageiro nada muda. De acordo com o corpo do projeto, o Uber vai começar a pagar 5% de ISS e taxa anual. É normal. Como qualquer outra empresa, o Uber tem que pagar impostos para utilizar as vias da nossa cidade. Os motoristas vão ter que apresentar certificado de idoneidade cível e penal e será feito um cadastro junto à Secretaria Municipal de Trânsito e Transporte.

**Pelo que o senhor percebe no cotidiano da Câmara, quais as chances de que o PL 001/2017 seja de fato aprovado?**

Há seis meses, quando eu apresentei o projeto, não tinha a menor chance de ser aprovado. Mas, como a Câmara Municipal é um reflexo da nossa população, eu afirmo que o projeto será aprovado por unanimidade agora.

# APARTE

Felipe Klamt  
felipeKlamt@yahoo.com.br



*Intrigante* – Mesmo sendo mastigados por causa da eleição para presidência do Tribunal de Justiça do Maranhão, a desembargadora Nelma Sarney e o deputado Edílázio Júnior não demonstram a menor preocupação com as denúncias relacionadas a esquemas em cartório e decisões judiciais de proteção de parentes em cabeludos processos. Levando em conta a inércia e corporativismos dos membros do Tribunal e do CNJ, tudo fica como está. Nada.

# Justiça & Cidadania

Antonio Carlos

acarloslua@folha.com.br



## Prerrogativas obscuras

Os políticos brasileiros não têm uma percepção de si mesmos como potenciais infratores da lei e, em tempos de moral social degenerada, querem se tornar invisíveis aos olhos da Justiça, imitando Gíges, personagem do livro “A República”, do filósofo da Grécia Antiga, Platão, fundador da Academia de Atenas e discípulo do filósofo Sócrates.

Na obra, o filósofo Platão narra que, após uma tempestade, seguida de um tremor de terra, o chão se abriu e formou uma enorme cratera, onde Gíges, um camponês, cuidava do seu rebanho.

Surpreso e curioso, Gíges entrou na cratera e descobriu um cavalo de bronze, cheio de buracos através dos quais enfiou a cabeça, encontrando no fundo do abismo o cadáver de um homem, que trazia apenas um anel em um dedo. Ele tirou o anel e tratou de fugir do local.

Mais tarde, reunindo-se com outros camponeses para fazer o relatório do rebanho ao Rei, Gíges colocou o anel no dedo e girou por acaso o engaste para o interior da mão e imediatamente tornou-se invisível para os demais presentes, que mencionarem o seu nome como se ali ele não estivesse. Seguro de si e admirado com a descoberta desse poder, dirigiu-se, sem titubear, ao Palácio, onde seduziu a rainha, assassinou o Rei, usurpou trono e deu início a sua longa dinastia.

É assim que muitos políticos se comportam favorecendo-se da invisibilidade que a imunidade parlamentar lhes oferece quando agem contrariamente às virtudes da Justiça, subvertendo os valores morais da sociedade, como se fossem imunes à legislação vigente no país.

Uma das maiores mazelas sociais do Brasil – a corrupção – impera porque os políticos cedem lugar às manobras escusas como se vivêssemos numa aristocracia, onde uma elite governante se coloca acima da lei.

A Constituição Federal define, em seu artigo 53, a imunidade como direito dos parlamentares de falar, opinar e votar de forma livre e soberana, sendo estes invioláveis por suas opiniões, palavras e votos.

O problema é que os políticos confundem essas prerrogativas com privilégios pessoais e tentam transformar o instituto num “guarda-chuva” de práticas ilícitas generalizadas, matando, fraudando, corrompendo, roubando, traficando, fazendo com que os atos criminosos praticados em suas relações privadas caracterizem um desvio de finalidade do instituto da imunidade.

Se esses políticos lessem o noticiário político da Escandinávia, Dinamarca e Suécia, eles seriam capazes de dar um rim para viver longe do exótico conceito nórdico de democracia.

Eles esquecem que a imunidade não é pelo mandato, mas sim para o mandato. O parlamentar a detém para o exercício de sua função, e não pelo exercício dela. É protegido para ser, e não por ser. É princípio basilar do Estado Democrático de Direito a responsabilização de qualquer cidadão que infringe a lei, independente de sua graduação ou cargo que exerça.

Privilégios desvirtuados não podem ser considerados garantias constitucionais, mas sim ofensa à ordem pública. Prerrogativas obscuras traduzidas nas possibilidades de permitir desmandos representam a falência do Estado Democrático de Direito.

---

## **Ditaduras**

Não é apenas nas ditaduras que os direitos humanos são ameaçados e violados. A barbárie se estabelece também nas democracias, se não houver vigilância cívica e cidadania ativa.

Com a adoção de políticas míopes e divisivas, que só promovem o medo e a insegurança, nossos governantes estão enfraquecendo o Estado Democrático de Direito. Daí decorre o clima perverso de abusos dos direitos humanos em que nenhum direito é inviolável e ninguém se sente seguro.

## **Resolução**

Uma resolução do Conselho Federal de Medicina (CFM) mostra que o Brasil é um país de contradições. O país convive com a fertilização artificial há 31 anos, embora não conte com uma legislação específica sobre reprodução assistida.

Determina a quantidade de embriões que podem ser transferidos para uma mulher, mas o Governo Federal ignora o número de clínicas de reprodução em funcionamento.

Especialistas em bioética aplaudem a iniciativa do CFM, mas reconhecem que o avanço é incompleto, pois faltam leis que amparem suas decisões. Há

um vazio legislativo criminoso relacionado a essa área

## **Gastos**

O Estado brasileiro gasta muito – e gasta mal. De cada R\$ 100 reais despendidos pelo Governo Federal, apenas R\$ 8 reais viram investimentos em infraestrutura, educação, saúde e outras áreas. Os demais R\$ 92 reais são tragados pelas engrenagens estatais. Tornar esta máquina mais eficiente é um desafio.

A cada ano, aproximadamente 92% dos gastos do Governo Federal – excluindo-se pagamento de dívidas e transferências – são engolidos pelas engrenagens do Estado brasileiro.

## **Privilégio**

Cerca de 20 mil clãs familiares apropriam-se de 70% dos juros pagos aos detentores de títulos da dívida pública. Enquanto isso, o Governo Federal empurra o país ao caos financeiro, aumentando os juros e privilegiando os mais ricos em detrimento da população trabalhadora.

O problema é que nem todos os brasileiros têm consciência desses abusos e não sabem que são os pobres que arcam com os custos para o financiamento do Estado, que tem a obrigação de beneficiá-los em primeiro lugar.